

Credores consideram proposta de Bresser radical e inaceitável

por Peter Truell
do Wall Street Journal

A nova proposta do Brasil para resolver o problema de sua dívida aos bancos comerciais estrangeiros é considerada perigosamente radical e inaceitável pelos credores do País.

Como foi divulgado anteriormente, o plano, que será apresentado aos bancos credores neste mês, propõe a conversão da metade da dívida bancária do País em bônus com taxas de juro fixas, valorizados conforme o preço das dívidas do Brasil no mercado secundário. Embora não esteja evidente até agora qual seria a proporção da dívida a ser abatida na conversão proposta, os empréstimos brasileiros são negociados atualmente a aproximadamente 55% de seu valor nominal.

Independentemente dos detalhes, reduzir a dívida bancária brasileira à metade ameaçaria anular os acordos de dívida dos outros países e teria um forte impacto sobre os lucros dos bancos norte-americanos.

"Se algo parecido com isso for concretizado haverá pressões sobre Argentina, México, Filipinas, Venezuela e outros devedores", declarou Mario Brodersohn, secretário do Tesouro da Argentina, que está participando da conferência internacional sobre dívida e política econômica realizada em Viena.

"Isso é loucura", disse Richard Huber, executivo de grupo do Citibank, subsidiária da Citicorp, quando lia um artigo de jornal com um resumo do novo plano brasileiro. Os banqueiros argumentaram que não poderiam suportar os prejuízos decorrentes da escrituração da metade da dívida brasileira pelo valor de mercado e que um acordo desses lhes impediria de conceder novos empréstimos ao País.

Mas o Brasil tem o poder de levar idéias à mesa de negociações e insiste em que sejam examinadas, afirmam alguns especialistas de dívida. O Brasil e o México são os "únicos dois

países insufladores", disse Brodersohn. Isso significa, segundo ele, que, devido às suas enormes dívidas, poderiam deflagrar a falência de grandes bancos norte-americanos. A dívida externa total do Brasil é de aproximadamente US\$ 112 bilhões, dos quais cerca de 70% pertencem a bancos comerciais.

A proposta brasileira, caso aceita, poderá resultar na absorção pelos bancos de prejuízo de cerca de US\$ 16,5 bilhões só no caso brasileiro, e provavelmente mais à medida que outros países venham a conseguir algum tipo de acordo.

Mesmo com os mais de US\$ 22 bilhões que os bancos norte-americanos e britânicos acrescentaram às suas provisões para prejuízos com empréstimos desde maio, novas perdas não poderiam ser suportadas por muitos dos grandes bancos norte-americanos.

Em termos mais imediatos, a proposta brasileira em si, não importa seu destino final, ameaça a emissão de ações de US\$ 1 bilhão pela Citicorp prevista para as próximas semanas.

Os investidores poderão ignorar a emissão se a proposta brasileira for discutida com seus credores, já que sugerir-lhe a contabilização de um prejuízo de

cerca de US\$ 1 bilhão nos empréstimos brasileiros do banco e indicaria lançamentos contábeis semelhantes para seus empréstimos a outros países muito endividados.

O ministro da Fazenda do Brasil, Luiz Carlos Bresser Pereira, fez um pronunciamento em Viena, na sexta-feira. Entretanto, fontes ligadas ao ministro disseram que ele não discutirá sua nova proposta de dívida, só falará sobre o problema em termos genéricos.

Ao que parece, o ministro quer discutir seu plano exclusivamente com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, os dirigentes do Banco Mundial (BIRD) e outros dirigentes em Washington.

Algumas autoridades norte-americanas desperteram a atenção por sua ausência na conferência de Viena. Tanto o secretário assistente do Tesouro, David Mulford, quanto o presidente do Federal Reserve Bank de Nova York, E. Gerald Corrigan, cancelaram na última hora os discursos que iam fazer no encontro.

Ernest Stern, o vice-presidente sênior para finanças do BIRD, declarou que desconhecia a proposta brasileira. Mas sustentou que a ajuda para amenizar o problema de dívida deve-

ria ser restrita a países em grandes dificuldades econômicas, principalmente os da África.

Entretanto, o Brasil poderá encontrar algum apoio nos Estados Unidos para sua nova abordagem. O senador democrata Bill Bradley, participante da conferência, não quis comentar a proposta específica brasileira até que tenha lido todo o texto. Segundo ele, o que o mundo precisa fazer é conceder aos países muito endividados mais ajuda em termos de taxas de juro e redução seletiva da dívida.

"É a América Latina que necessita de investimentos para fornecer empregos para o previsto aumento de trabalhadores", afirmou o senador.

Se os credores não ajudarem agora, "a redução de juros e algum perdão de dívida poderá ser a política por omissão", declarou.

O Brasil não pagou nenhum juro sobre sua estimada dívida bancária de médio e longo prazo de US\$ 67 bilhões desde fevereiro, e os bancos norte-americanos enfrentam a possibilidade de que as autoridades poderão forçá-los a contabilizar seus empréstimos brasileiros como prejuízo já no próximo trimestre.